Percursos dialógicos: estudos do imaginário, literatura e cultura portuguesas

Dialogical paths: studies of the imaginary, Portuguese literature and culture

10.29073/naus.v9i1.1032

Recebido: 29 de novembro de 2025.
Aprovado: 2 de junho de 2026.
Publicado: 6 de junho de 2026.

Autor/a 1 (Correspondente): Tiago Ferreira, Universidade Aberta, Portugal, tiago.peixinho.ferreira@outlook.pt.
Autor/a 2: José Vicente, Universidade Lusófona, Portugal, p3807@ulusofona.pt.

Resumo

Este artigo examina configurações do imaginário na literatura portuguesa a partir de um *corpus* seletivo, organizado em torno de seis núcleos problemáticos: a água e a espera na lírica galego-portuguesa; o mar, a viagem e a crítica da glória em *Os Lusíadas*; a leitura providencial do tempo em *História do futuro*; a desmistificação oitocentista e moderna; a consciência social neorrealista; e as reescritas pós-imperiais, digitais e ecológicas da contemporaneidade. A metodologia, de natureza qualitativa, hermenêutica e histórico-literária, articula leitura textual localizada, contextualização crítica e discussão bibliográfica verificável. Em vez de procurar uma essência nacional contínua, sustenta-se que o imaginário português constitui um campo histórico de imagens em tensão, no qual permanências simbólicas, ruturas formais e disputas de memória se entrecruzam. O estudo demonstra que motivos como água, viagem, casa, voz, corpo e paisagem mudam de função segundo os regimes literários, políticos e materiais que os reinscrevem.

Palavras-Chave: Ecocrítica; Estudos do Imaginário; Literatura Portuguesa; Mito; Pós-Memória.

Abstract

This article examines configurations of the imaginary in Portuguese literature through a deliberately selective *corpus* organised around six analytical nuclei: water and waiting in Galician-Portuguese lyric poetry; the sea, travel and the critique of glory in *Os Lusíadas*; providential temporality in *História do futuro*; nineteenth-century and modern demythification; neo-realist social consciousness; and contemporary post-imperial, digital and ecological rewritings. The methodology is qualitative, hermeneutic and historical-literary, combining close textual analysis, critical contextualisation and verifiable bibliography. Rather than seeking a continuous national essence, the article argues that the Portuguese imaginary is a historical field of images in tension, where symbolic persistence, formal rupture and contested memory intersect. It shows that motifs such as water, travel, house, voice, body and landscape change their function according to the literary, political and material regimes that re-inscribe them.

Keywords: Ecocriticism; Myth; Portuguese Literature; Postmemory; Studies of the Imaginary.

1. Introdução

A literatura portuguesa constitui, desde as suas primeiras manifestações em língua galego-portuguesa, um lugar de organização simbólica da experiência histórica. Esse lugar, porém, não deve ser confundido com um depósito imóvel de temas nacionais nem com uma sequência linear de imagens que se repetiriam sem alteração. A hipótese deste estudo é deliberadamente circunscrita: certos motivos - água, viagem, espera, missão, casa, corpo, memória e paisagem - atravessam diferentes momentos da tradição literária portuguesa, mas modificam a sua função quando transitam de um regime discursivo para outro. O mesmo mar que, numa cantiga de amigo, acolhe a pergunta amorosa dirigida às ondas, torna-se, em *Os Lusíadas*, espaço de prova épica e de inquietação moral (Camões, 1572); em *Mensagem*, converte-se em emblema sacrificial de uma comunidade imaginada

(Pessoa, 1934); na contemporaneidade, pode ainda surgir como arquivo de memória colonial, superfície de deslocação ou ecossistema ameaçado.

Falar de imaginário implica, portanto, recusar duas simplificações simétricas. A primeira consistiria em transformar a literatura portuguesa na expressão direta de uma suposta "alma coletiva", homogénea e intemporal. A segunda dissolveria todos os motivos simbólicos em meras circunstâncias históricas, como se não existissem permanências, reaproveitamentos e reverberações formais. Entre estes dois riscos, a leitura proposta procura observar o modo como algumas imagens literárias adquirem espessura porque regressam sob novas condições de enunciação. O imaginário não é, neste entendimento, uma essência; é uma zona de sedimentação, conflito e reinscrição.

Eduardo Lourenço, em *O labirinto da saudade*, publicado em 1978, permanece um interlocutor incontornável para pensar a relação entre identidade, história, mito e consciência nacional (Lourenço, 1978). Todavia, a fecundidade da sua reflexão depende de ser lida criticamente, não como autorização para generalizações vagas sobre a portugalidade, mas como convite a examinar os modos pelos quais uma cultura se narra, se encena, se exalta e se desmente. A pertinência de Lourenço reside, assim, menos na fixação de uma identidade do que na análise das imagens que a tornam discutível.

O objetivo deste artigo é, assim, reconstituir alguns percursos dialógicos do imaginário literário português, sem pretender oferecer uma história total da literatura portuguesa. O estudo concentra-se em seis núcleos analíticos: a lírica medieval galego-portuguesa, com especial atenção à água e à espera; *Os Lusíadas*, enquanto poema em que a celebração marítima coexiste com uma consciência crítica da glória; a imaginação providencial de António Vieira em *História do futuro* (Vieira, 2013); a passagem oitocentista e moderna da nação idealizada à ironia, à fragmentação e à crise do sujeito; a inscrição social do Neorrealismo; e, por fim, os deslocamentos contemporâneos associados à pós-memória, à materialidade digital e à ecocrítica.

Esta delimitação responde a uma exigência metodológica central: a amplitude diacrónica só é defensável se o estudo assumir o seu carácter seletivo e se evitar transformar analogias em provas. Por isso, a argumentação privilegia momentos textuais identificáveis, articulando-os com bibliografia reconhecível e verificável. A noção de imaginário é mobilizada como instrumento crítico, não como chave universal de interpretação.

2. Metodologia, *Corpus* e Categorias de Análise

O estudo adota uma metodologia qualitativa, hermenêutica e histórico-literária. Não procede a quantificação lexical nem a levantamento estatístico de motivos; também não pretende cobrir integralmente todos os períodos, géneros e autores da literatura portuguesa. O *corpus* foi selecionado segundo quatro critérios: relevância histórico-literária, produtividade simbólica, diversidade formal e pertinência para observar deslocações de longa duração. Estes critérios conduziram à escolha de textos e conjuntos textuais que permitem acompanhar, sem pretensão exaustiva, a transformação de imagens recorrentes em contextos distintos.

O *corpus* nuclear inclui a cantiga "Ondas do mar de Vigo", atribuída a Martim Codax e consultada na base de dados *Cantigas medievais galego-portuguesas* (Lopes et al., 2011–, cantiga 1308); o *corpus* satírico medieval enquadrado por *A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses*, de Graça Videira Lopes (1998); *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1572); *História do futuro*, de António Vieira, na edição da *Obra completa Padre António Vieira* (Vieira, 2013); *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney (1746/1991); *Os Maias*, de Eça de Queirós (1888); *Clepsydra*, de Camilo Pessanha, na edição de Paulo Franchetti (Pessanha, 1995); *Mensagem* (Pessoa, 1934) e *Poesia de Álvaro de Campos* (Pessoa, 2013), de Fernando Pessoa; *A confissão de Lucio*, de Mário de Sá-Carneiro (1914); *Gaibéus*, de Alves Redol (1939/2005); *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes (1941/2020); *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes (1979); *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago (1995); *Esse cabelo*, de Djaimilia Pereira de Almeida (2015); e *Essa dama bate bué!*, de Yara Monteiro (2018).

A estes textos juntam-se instrumentos críticos indispensáveis: *L'eau et les rêves*, de Gaston Bachelard (1942); *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, de Gilbert Durand (1960/2016); *Le sacré et le profane*, de Mircea

Eliade (1965); *Man and his symbols*, organizado por Carl Jung (1964); *La métaphore vive*, de Paul Ricoeur (1975); *História da literatura portuguesa*, de Saraiva e Lopes (2000); *Camões: Labirintos e fascínios*, de Aguiar e Silva (1994); *O essencial sobre Eça de Queirós*, de Carlos Reis (2005); *Eça de Queirós: Uma estética da ironia*, de Mário Sacramento (2002); os trabalhos de Margarida Calafate Ribeiro (2004, 2020) e de António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (2018); *Scripting reading motions*, de Manuel Portela (2013); *The future of environmental criticism*, de Lawrence Buell (2005); *Ecocriticism*, de Greg Garrard (2012); e *Portuguese literature and the environment*, editado por Victor K. Mendes e Patrícia Vieira (2019).

A análise organiza-se em três categorias operatórias. A primeira é a figuração simbólica, entendida como modo de articulação entre imagem, afeto e sentido cultural; nela se incluem água, mar, viagem, casa, corpo, voz e paisagem. A segunda é a função histórica da imagem, isto é, a passagem de um motivo literário para uma determinada economia cultural: amorosa, épica, providencial, irónica, social, pós-imperial, digital ou ecológica. A terceira é a mediação formal e material, que obriga a considerar género, voz, suporte, circulação e regime de leitura. Uma cantiga, uma epopeia, um sermão profético, um romance realista, uma narrativa pós-colonial e uma prática digital não produzem imaginário do mesmo modo.

Este procedimento evita uma das fragilidades mais frequentes nos estudos panorâmicos: a transformação da história literária num inventário de símbolos. A análise parte sempre da relação entre forma textual, contexto e bibliografia. Quando se propõe uma continuidade, ela é formulada como recorrência reinterpretada, não como filiação causal automática. Quando se identifica uma rutura, procura-se mostrar que ela não apaga todos os ecos anteriores, mas desloca o seu valor. Assim, a metodologia adotada não procura demonstrar que a literatura portuguesa obedece a um único imaginário; procura, antes, compreender como diferentes regimes de imaginação se cruzam, se contestam e se reconfiguram ao longo da tradição.

3. Imagem, Mito, Símbolo e Metáfora: Enquadramento Teórico

A noção de imaginário utilizada neste artigo resulta da convergência de várias tradições críticas. Em *L'eau et les rêves*, Bachelard mostrou que as imagens materiais não são simples ornamentos do discurso poético; nelas se condensam experiências sensíveis, afetivas e mnésicas que participam na produção de pensamento (Bachelard, 1942). A água, por exemplo, não funciona apenas como cenário: pode acolher sonho, nostalgia, dissolução, retorno, luto ou desejo. A sua relevância para a literatura portuguesa torna-se evidente desde a lírica medieval até à modernidade marítima de Pessoa, desde que cada ocorrência seja lida no seu contexto formal.

Durand, em *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, propôs uma antropologia das estruturas do imaginário, procurando compreender a organização recorrente de imagens, gestos e regimes simbólicos (Durand, 1960/2016). A utilidade desta abordagem reside menos na aplicação mecânica de esquemas classificatórios do que na atenção às constelações de sentido: ascensão, queda, travessia, refúgio, combate, espera e regeneração. O risco, contudo, é evidente: se for usada sem mediação histórica, a teoria pode transformar textos concretos em ilustrações de categorias prévias. Por isso, Durand é convocado como horizonte de leitura, não como grelha fechada.

Eliade, em *Le sacré et le profane*, contribui para a compreensão do mito enquanto narrativa de origem, repetição e reatualização simbólica do tempo (Eliade, 1965). A sua presença é particularmente produtiva quando se observam discursos que procuram dar inteligibilidade religiosa ou providencial à história, como sucede em *História do futuro* (Vieira, 2013). Contudo, também aqui importa não converter o sagrado numa explicação indiferenciada da cultura portuguesa. O mesmo motivo providencial pode ser crença, retórica, estratégia política, consolação perante a crise ou forma de imaginação do futuro.

A psicologia analítica de Jung, em *Man and his symbols*, permite compreender a persistência cultural de certas figuras, mas a sua utilização exige prudência para não universalizar indevidamente arquétipos (Jung, 1964). Em literatura, a força de uma imagem depende tanto da sua possível ressonância trans-histórica como da sua inscrição concreta numa língua, numa forma, numa tradição editorial e num conflito histórico. Ricoeur, em *La métaphore vive*, oferece, por fim, uma via decisiva para pensar a metáfora como redescrição do real (Ricoeur,

1975). A metáfora não se limita a substituir um termo por outro; abre uma nova possibilidade de ver, organizar e interpretar o mundo.

A partir destes contributos, o imaginário será entendido como campo histórico de imagens, narrativas e figuras que estruturam modos de pertença, perda, desejo, crítica e futuro. Esta definição tem uma consequência metodológica: o estudo do imaginário só se torna rigoroso quando cruza teoria e leitura textual. Sem teoria, a análise reduz-se a inventário temático; sem texto, a teoria corre o risco de se tornar abstração.

4. Água, Espera e Voz na Lírica Medieval

A lírica galego-portuguesa oferece um primeiro lugar de observação da relação entre imagem natural e experiência afetiva. Em "Ondas do mar de Vigo", Martim Codax constrói uma cena de interpelação em que a voz feminina se dirige ao mar: "Ondas do mar de Vigo, / se vistes meu amigo?" (Lopes et al., 2011–, cantiga 1308). A simplicidade aparente destes versos não deve obscurecer a complexidade do dispositivo poético. A pergunta dirigida às ondas desloca a ausência amorosa para uma paisagem comunicante: o mar não responde, mas a sua presença permite à voz da amiga transformar a espera em canto.

A água funciona aqui como mediação entre interioridade e mundo. Não se trata ainda do mar épico, aberto à expansão e à fama, nem do mar sacrificial de *Mensagem* (Pessoa, 1934). É um espaço próximo, costeiro, ritmado, associado à repetição paralelística e ao refrão. O movimento das ondas encontra correspondência na reiteração da pergunta, e essa insistência formal intensifica a tensão entre esperança e incerteza. A leitura bachelardiana da água como matéria de devaneio pode iluminar esta plasticidade, desde que não apague a especificidade da cantiga de amigo, com a sua técnica paralelística, a sua enunciação feminina e a sua inscrição trovadoresca (Bachelard, 1942; Saraiva & Lopes, 2000).

Importa, contudo, evitar a tentação de fazer da cantiga uma origem direta da saudade nacional. A ausência amorosa medieval não corresponde ainda ao programa identitário de épocas posteriores. O que se pode afirmar, com maior prudência, é que a literatura portuguesa conserva, desde cedo, uma capacidade de associar paisagem, espera e voz. A água é cenário, interlocutora impossível e superfície de projeção afetiva. A sua produtividade simbólica decorre precisamente dessa ambivalência: é presença visível e, ao mesmo tempo, sinal de uma ausência que não se resolve.

A sátira medieval introduz outro regime do imaginário. Nas cantigas de escárnio e maldizer, a linguagem deixa de organizar a espera amorosa para operar como instrumento de exposição pública, inversão e conflito social. Graça Videira Lopes demonstrou, em *A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses*, que esse *corpus* não pode ser reduzido à anedota ou ao insulto circunstancial; nele se observa uma inteligência formal da ambiguidade, da alusão e da ridicularização (Lopes, 1998). O imaginário medieval português não nasce, por conseguinte, apenas da melancolia amorosa ou da espiritualidade. Nasce também do riso agressivo, da crítica dos lugares de prestígio e da capacidade de desmontar hierarquias por meio da linguagem.

Por seu turno, a espiritualidade medieval acrescenta uma terceira dimensão. Os estudos reunidos por José Mattoso em *Religião e cultura na Idade Média portuguesa* permitem compreender como religião, estruturas sociais e experiência do tempo se articulam na cultura medieval portuguesa (Mattoso, 1982/1997). Esta dimensão não autoriza a projetar sobre toda a literatura portuguesa um providencialismo contínuo, mas mostra que a abertura do quotidiano ao sagrado constitui um elemento relevante da cultura medieval. Quando, em *História do futuro*, Vieira interpretar a história como horizonte de promessa, essa operação não surgirá num vazio simbólico (Vieira, 2013); dialogará com formas anteriores de leitura religiosa do tempo, ainda que sob condições políticas e retóricas profundamente distintas.

5. Mar, Império e Consciência Crítica em *Os Lusíadas* (1572), de Camões

Com *Os Lusíadas*, o mar muda de escala e de função. Já não é apenas o espaço próximo da espera amorosa; torna-se superfície de travessia, risco, conhecimento, poder e representação imperial (Camões, 1572). A epopeia camoniana constrói uma imagem monumental da viagem portuguesa, mas essa monumentalidade não elimina

a tensão interna do poema. A leitura de Aguiar e Silva, em *Camões: Labirintos e fascínios*, continua essencial precisamente porque impede que Camões seja reduzido a exaltação linear da expansão ou, no extremo oposto, a pura denúncia crítica (Aguiar e Silva, 1994).

A figura do Velho do Restelo constitui o ponto mais visível dessa tensão. Quando a personagem denuncia a "glória de mandar" e a "vã cobiça", o poema introduz no interior da celebração épica uma consciência de perda, violência e ilusão (Camões, 1572, IV, 95). Esta fala não deve ser lida como elemento exterior ao poema; é uma força interna de contraponto. A epopeia celebra a viagem, mas inclui a crítica da fama que a legitima. O mar camoniano é, por isso, simultaneamente espaço de abertura e de perigo moral.

O episódio do Adamastor acrescenta outra camada simbólica. A figura monstruosa corporiza o limite, o medo, a resistência do desconhecido e a inscrição da violência na passagem do Cabo. A viagem não é apenas deslocação geográfica; é dramatização do confronto entre desejo humano de ultrapassagem e ameaça de destruição. O imaginário marítimo português ganha aqui uma densidade que impede leituras unívocas: o mar é conquista, mas também abismo; horizonte de glória, mas igualmente arquivo de mortes.

A mitologia clássica desempenha, neste processo, uma função de mediação estética e cultural. Permite elevar a história portuguesa ao plano épico europeu, mas também introduz uma distância crítica: o feito histórico torna-se matéria literária, organizado por vozes, episódios, alegorias e contradições. A viagem, enquanto motivo, deixa de pertencer apenas ao acontecimento histórico e passa a integrar um regime de representação em que a comunidade se imagina a si própria através do risco.

Esta ambivalência será decisiva para os séculos posteriores. O mar camoniano não legou à literatura portuguesa apenas uma imagem heroica; legou uma gramática contraditória de entusiasmo e suspeita. O imaginário nacional poderá, em diferentes momentos, recuperar a viagem como destino, perda, memória ou problema. A sua força vem menos da repetição de uma imagem do que da sua disponibilidade para novas leituras.

6. Providência, Reforma e Desmistificação: de *História do futuro* a *Os Maias*

No Barroco, a imaginação providencial adquire em António Vieira uma configuração retórica e política de grande alcance. *História do futuro*, na edição integrada na *Obra completa Padre António Vieira*, projeta Portugal num horizonte escatológico em que a crise histórica é reorganizada como promessa de regeneração (Vieira, 2013). José Eduardo Franco mostrou que o Quinto Império vieirino não se reduz a fantasia compensatória; articula teologia, utopia, universalismo e intervenção política (Franco, 2008). A força do imaginário vieirino reside justamente nessa capacidade de converter derrota, espera e instabilidade em narrativa de futuro.

Vieira não escreve apenas como pregador; escreve como intérprete do tempo. A sua prosa procura decifrar a história e ordenar o presente a partir de uma promessa. Se *Os Lusíadas* dramatizam a travessia do espaço, *História do futuro* dramatiza a travessia do tempo: o futuro torna-se lugar de leitura, esperança e legitimação. A dimensão simbólica do Quinto Império não deve, contudo, ser confundida com continuidade simples de uma essência portuguesa. Trata-se de uma construção situada, marcada por circunstâncias religiosas, imperiais e políticas específicas (Camões, 1572; Vieira, 2013).

O século XVIII introduz uma deslocação relevante. Em *Verdadeiro método de estudar*, Luís António Verney defende a reorganização do saber, da educação e da retórica segundo critérios de clareza, utilidade e razão crítica (Verney, 1746/1991). O imaginário reformador iluminista não elimina as heranças religiosas e barrocas, mas submete-as a outro regime de inteligibilidade. A confiança na educação e na reforma do estudo desloca a ideia de regeneração do plano providencial para o plano pedagógico e social.

No século XIX, a literatura portuguesa passa a interrogar com maior insistência a relação entre nação, memória e representação. O Romantismo recupera o passado histórico e popular como matéria de reconstrução simbólica da comunidade, mas o Realismo e o Naturalismo introduzem uma viragem desmistificadora. Eça de Queirós ocupa aqui uma posição central. Em *Os Maias*, a casa do Ramalhete, a genealogia familiar, os salões, os jantares, o jornalismo, a política e a vida mundana de Lisboa compõem uma arquitetura narrativa da decadência social

(Queirós, 1888). A casa não é apenas espaço físico; é figura de memória, herança, clausura e esgotamento histórico.

A ironia queirosiana opera como desmontagem dos mitos de distinção, progresso e grandeza. Carlos Reis, em *O essencial sobre Eça de Queirós*, e Mário Sacramento, em *Eça de Queirós: Uma estética da ironia*, mostram que a crítica de Eça não se limita à sátira de costumes; envolve uma estética da ironia, pela qual a sociedade se revela incapaz de corresponder às imagens que produz de si mesma (Reis, 2005; Sacramento, 2002). Esta operação é decisiva para os estudos do imaginário: o Realismo não destrói os símbolos; revela a sua falência prática. A imagem da nação deixa de ser fundamento celebratório e torna-se objeto de exame crítico.

7. Fragmentação Moderna: *Clepsydra*, *Mensagem* e *A Confissão de Lúcio*

A modernidade literária portuguesa desloca o imaginário para zonas de instabilidade subjetiva, rarefação formal e multiplicação da voz. Em *Clepsydra*, Camilo Pessanha transforma a experiência poética em matéria de suspensão, música e dissolução (Pessanha, 1995). A edição preparada por Paulo Franchetti permite reconhecer a importância de Pessanha para a modernização da sensibilidade poética portuguesa, não apenas pela melancolia, mas pela precisão com que o poema fragiliza a estabilidade do sujeito e da perceção.

Pessoa reorganiza, de modo decisivo, a relação entre imaginário nacional e fragmentação moderna. Em *Mensagem*, o mar regressa como lugar sacrificial e mitopoético. O poema "Mar Português" condensa a herança camoniana, mas altera-lhe o regime: "Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!" (Pessoa, 1934). O mar já não é somente travessia heroica; é soma de sofrimento, preço simbólico da expansão e superfície onde a grandeza depende da dor. Ao mesmo tempo, a heteronímia pessoana, observável com particular intensidade em *Poesia de Álvaro de Campos*, multiplica a identidade em vozes divergentes, fazendo do sujeito moderno um lugar de encenação e fratura (Pessoa, 2013).

A tensão entre mito e crise é constitutiva em Pessoa. *Mensagem* recupera a linguagem da missão, do império e do futuro, mas fá-lo num momento histórico em que a grandeza imperial já se apresenta como problema, não como evidência (Pessoa, 1934). A imaginação nacional torna-se autorreflexiva: evoca-se o passado para interrogar a possibilidade de futuro. Esta operação aproxima Pessoa de Vieira, mas por deslocação, não por repetição. O futuro já não se funda numa arquitetura teológica plenamente segura; torna-se construção poética, expectativa frágil, figura de uma ausência.

Em *A confissão de Lúcio*, Mário de Sá-Carneiro explora a duplicidade, a instabilidade identitária e a contaminação entre criação estética e desagregação subjetiva (Sá-Carneiro, 1914). A narrativa organiza-se como testemunho de um acontecimento extraordinário, mas a sua força nasce da impossibilidade de fixar a fronteira entre realidade, delírio, desejo e ficção. O imaginário deixa de operar apenas no plano coletivo da nação ou da história; desloca-se para a zona inquietante da identidade que se vê a si própria como enigma.

Assim, a modernidade não interrompe os percursos do imaginário português; torna-os mais problemáticos. A água, a viagem, a missão e a casa cedem lugar, ou articulam-se, com imagens de fragmentação, máscara, duplicidade e perda de centro. O sujeito moderno já não ocupa pacificamente o mundo simbólico herdado: dramatiza-o, ironiza-o, multiplica-o e, por vezes, desfaz-se nele.

8. Consciência Social e Imagens da Margem no Neorrealismo

O Neorrealismo reorienta o imaginário para o trabalho, a fome, a exploração e a dignidade coletiva. Em *Gaibéus*, de Alves Redol, e *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, a terra, o rio, a margem e o corpo fatigado deixam de funcionar como paisagem decorativa e tornam-se figuras de uma ordem social desigual (Gomes, 1941/2020; Redol, 1939/2005). A imagem literária adquire aqui uma função de visibilidade política: mostra aquilo que o discurso oficial tende a ocultar.

A importância destes textos não reside apenas na denúncia social, mas no modo como transformam o espaço em experiência histórica. A lezíria, o esteiro, o barracão, a lama, o corpo infantil e o trabalho sazonal compõem

uma geografia moral. O imaginário neorrealista seculariza a expectativa de redenção: já não se espera a intervenção providencial, nem se celebra o destino imperial; procura-se uma transformação histórica assente na consciência social e na solidariedade.

Este deslocamento permite compreender a continuidade e a rutura face a momentos anteriores. A espera, tão importante na lírica medieval e na imaginação providencial, reaparece agora como espera de justiça. A viagem já não é travessia marítima em direção à glória, mas circulação precária de trabalhadores, crianças e pobres dentro de um país socialmente desigual. A paisagem, por seu turno, deixa de ser emblema identitário para se tornar espaço de exploração.

A força crítica do Neorrealismo está também na sua opção por personagens e comunidades historicamente marginalizadas. Ao deslocar o centro do olhar literário para trabalhadores rurais, crianças pobres e sujeitos privados de poder, esta literatura amplia o campo do imaginário português. A nação deixa de poder ser pensada apenas a partir de grandes feitos, elites culturais ou mitos de destino; passa a incluir corpos vulneráveis, territórios periféricos e formas de resistência coletiva.

Esta mundividência será retomada, de forma diferente, por escritas posteriores sobre exclusão, guerra, memória traumática e desigualdade pós-colonial. A função da literatura como revelação do invisível não desaparece; altera-se o seu objeto, o seu vocabulário e o seu enquadramento histórico.

9. Pós-Memória e Reconfigurações Pós-Imperiais

A literatura portuguesa contemporânea não pode ser compreendida sem a persistência do passado colonial e da guerra colonial nas memórias familiares, artísticas e culturais. *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, transformou a experiência da guerra em matéria narrativa marcada por descontinuidade, corrosão da identidade e trauma (Antunes, 1979). A guerra não surge apenas como acontecimento histórico, mas como ferida na linguagem: o relato fragmenta-se porque a experiência narrada resiste à linearidade.

José Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira*, constrói uma alegoria da fragilidade ética, da violência social e da precariedade da comunidade (Saramago, 1995). Embora o romance não seja redutível ao contexto português, a sua força simbólica dialoga com uma tradição de interrogação moral da vida coletiva. A cegueira, enquanto motivo, desloca o imaginário do destino nacional para uma pergunta mais ampla sobre responsabilidade, vulnerabilidade e convivência.

A investigação de Margarida Calafate Ribeiro, em *Uma história de regressos* e em "Uma história depois dos regressos", bem como o estudo de António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro sobre a guerra colonial na pós-memória portuguesa, oferece instrumentos fundamentais para pensar os fantasmas pós-coloniais na cultura portuguesa (Ribeiro, 2004, 2020; Ribeiro & Ribeiro, 2018). O projeto *MEMOIRS: Children of Empires and European Postmemories / Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias* reforçou esta abordagem comparativa das memórias intergeracionais associadas ao fim dos impérios europeus (MEMOIRS, s.d.). Estas perspetivas mostram que o imaginário português contemporâneo é atravessado por regressos, silêncios, heranças familiares e disputas de memória que não podem ser resolvidas por uma narrativa reconciliadora simples.

A emergência de autoras como Djaimilia Pereira de Almeida e Yara Monteiro torna particularmente visível a reconfiguração pós-imperial. *Esse cabelo* trabalha a relação entre corpo, genealogia, Lisboa e herança colonial, deslocando a identidade para um plano íntimo e político (Almeida, 2015). O cabelo, enquanto imagem, não é mero detalhe corporal; torna-se arquivo de pertença, diferença, memória familiar e racialização. Em *Essa dama bate bué!*, Yara Monteiro convoca deslocação, mestiçagem, Angola, Portugal e a dificuldade de habitar uma pertença múltipla (Monteiro, 2018). A leitura de Sandra Pimenta sobre a "urgência de existência" do sujeito mestiço evidencia a densidade desta problemática (Pimenta, 2022).

Margarida Rendeiro, ao analisar *As Telefones*, de Djaimilia Pereira de Almeida, mostrou como a ficção pós-colonial pode contribuir para uma discussão sobre reparação histórica e trauma do colonizado (Rendeiro, 2022). Esta linha crítica é decisiva porque desloca o imaginário português para além da metrópole. A casa, a

viagem, a língua e o corpo deixam de pertencer apenas ao repertório simbólico nacional tradicional; passam a ser lugares de negociação, desconforto e reescrita. O imaginário torna-se pós-imperial quando já não pode ocultar as vozes que a narrativa imperial colocou nas margens.

10. Materialidade Digital e Imaginação Ecológica

Outro deslocamento contemporâneo resulta da transformação dos suportes de leitura e escrita. A passagem do livro impresso para ambientes digitais, programáveis e multimodais altera a produção, a circulação e a experiência da literatura. Manuel Portela analisou, em *Scripting reading motions*, o códice e o computador como máquinas autorreflexivas de leitura, mostrando que o suporte participa na construção do sentido (Portela, 2013). Esta perspetiva impede que a literatura digital seja tratada como simples atualização técnica de conteúdos antigos.

A revista *MATLIT: Materialidades da literatura* constitui, neste domínio, um espaço relevante para o estudo das mediações materiais, tecnológicas e intermediais das práticas literárias (MATLIT, s.d.). A digitalidade obriga a repensar autoria, arquivo, obsolescência, participação do leitor e relação entre texto, imagem, som e movimento. O imaginário literário não desaparece quando muda de suporte; transforma o seu modo de presença. A memória pode organizar-se como base de dados; a leitura pode tornar-se navegação; a poesia pode incorporar programação, graficalidade e interatividade.

Esta alteração material tem consequências críticas. Muitos estudos do imaginário concentraram-se em símbolos, mitos e narrativas, mas deram menor atenção ao suporte. Ora, uma imagem literária não existe independentemente do modo como circula. A cantiga medieval chega-nos por manuscritos, edições e bases de dados; *Os Lusíadas* circulam em edição impressa e em tradição escolar (Camões, 1572); Pessoa reorganiza-se em arquivos, edições críticas e plataformas digitais (Pessoa, 1934, 2013); a literatura contemporânea convive com redes, hiperligações, ecrãs e formatos instáveis. A materialidade não é acessório: é condição de leitura.

A crise ecológica impõe, por sua vez, uma reinterpretação das imagens da natureza. Durante séculos, o mar, o rio, o campo e a ilha foram mobilizados como emblemas afetivos, históricos ou nacionais. A ecocrítica permite lê-los também como lugares de vulnerabilidade, interdependência e risco. Buell, em *The future of environmental criticism*, e Garrard, em *Ecocriticism*, forneceram instrumentos fundamentais para compreender a relação entre literatura, ambiente e imaginação ecológica (Buell, 2005; Garrard, 2012). No contexto português, a coletânea *Portuguese literature and the environment*, organizada por Victor K. Mendes e Patrícia Vieira, mostrou a produtividade de reler a literatura portuguesa a partir da relação entre cultura e ambiente, abrangendo autores e problemas de diferentes períodos (Mendes & Vieira, 2019).

Esta ampliação ecológica impede que o imaginário nacional permaneça preso a uma visão celebratória da paisagem. O mar não é apenas espaço de partida ou de glória; é também ecossistema ameaçado. O campo não é apenas cenário bucólico ou lugar de trabalho; é território de transformação climática, exploração económica e memória ambiental. A paisagem deixa de ser fundo e torna-se agente crítico. Neste ponto, a literatura portuguesa contemporânea pode reabrir imagens antigas sem as repetir: a água, que na cantiga medieval acolhia a pergunta amorosa e que em Camões permitia a travessia épica, surge agora também como matéria vulnerável de um planeta em crise.

11. Discussão: Permanência, Rutura e Responsabilidade Crítica

O percurso realizado confirma que o imaginário português deve ser estudado como campo de imagens em movimento, não como essência cultural imutável. A água, a viagem, a casa, a missão, o corpo e a paisagem reaparecem em diferentes momentos, mas cada reaparição altera a sua função. A cantiga medieval não anuncia mecanicamente *Os Lusíadas* (Camões, 1572); *Os Lusíadas* não explicam automaticamente *Mensagem* ou a heteronímia pessoana (Pessoa, 1934, 2013); *História do futuro* não determina todas as formas posteriores de messianismo (Vieira, 2013); o Neorrealismo não esgota a literatura social; a pós-memória não substitui a história literária, mas obriga-a a rever os seus centros de gravidade.

A primeira consequência desta leitura é filológica e metodológica. A análise do imaginário necessita de textos concretos, edições identificáveis e bibliografia controlada. Sem essa base, o discurso torna-se vulnerável a generalizações, aproximações vagas e referências apenas ornamentais. A prudência crítica não deve ser uma fórmula retórica repetida; deve traduzir-se em delimitação do *corpus*, explicitação de critérios e leitura localizada.

A segunda consequência é histórica. Os motivos de longa duração não atravessam os séculos como substâncias intactas. São apropriados por regimes literários diferentes: o paralelismo trovadoresco, a máquina épica renascentista, a retórica profética barroca, a ironia realista, a fragmentação modernista, a denúncia neorrealista, a narrativa traumática pós-imperial, a digitalidade e a ecocrítica. Cada regime altera a imagem que recebe.

A terceira consequência é ética. A tradição literária portuguesa não pode ser preservada por repetição acrítica. Ler Camões em *Os Lusíadas* (1572), Vieira em *História do futuro* (2013), Eça de Queirós em *Os Maias* (1888), Pessanha em *Clepsydra* (1995), Pessoa em *Mensagem* e em *Poesia de Álvaro de Campos* (1934, 2013), Redol em *Gaibéus* (1939/2005), Lobo Antunes em *Os cus de Judas* (1979) ou Saramago em *Ensaio sobre a cegueira* (1995) continua a ser indispensável; mas essa leitura ganha rigor quando dialoga com autoras e autores que problematizam a herança colonial, a experiência racializada, a pertença múltipla e a fragilidade ambiental. A tradição não é um monumento fechado; é um arquivo em disputa.

Por isso, os estudos do imaginário mantêm pertinência desde que se protejam de dois abusos: a livre associação simbólica e o apagamento da historicidade. O imaginário é campo de ecos, mas também de conflitos. Reconhecer permanências não significa apagar ruturas; valorizar a memória não implica idealizar o passado; integrar novas vozes e suportes não obriga a abandonar o rigor filológico.

12. Considerações Finais

O presente artigo procurou demonstrar que o imaginário na literatura portuguesa se organiza por deslocações sucessivas, e não por continuidade simples. A água medieval, o mar camoniano, o futuro vieirino, a casa queirosiana, a fragmentação modernista, a margem neorrealista, o corpo pós-imperial, o suporte digital e a paisagem ecológica constituem momentos distintos de uma mesma questão ampla: como é que a literatura produz formas simbólicas para pensar pertença, perda, desejo, crise e futuro?

A resposta apresentada é, necessariamente, parcial, porque o *corpus* é seletivo. Essa limitação, longe de enfraquecer o estudo, torna-o mais responsável: permite distinguir análise efetiva, hipótese interpretativa e síntese crítica. O imaginário português não é uma substância herdada, mas uma rede de imagens sujeita a reescrita. Cada época recebe motivos anteriores e reinscreve-os em novas circunstâncias políticas, formais e materiais.

Neste sentido, principal conclusão é, pois, dupla. Por um lado, há permanências reconhecíveis: água, viagem, espera, missão, casa, memória e paisagem regressam com insistência. Por outro, nenhuma dessas imagens permanece idêntica. A literatura portuguesa revela a sua riqueza precisamente nessa tensão entre memória e transformação. Estudar o imaginário é acompanhar esse trabalho de reconfiguração, evitando tanto a celebração acrítica da tradição como a sua dissolução numa sucessão descontínua de textos.

Nesta perspetiva, os estudos do imaginário podem contribuir para uma leitura renovada da literatura portuguesa: mais atenta às formas, mais rigorosa nas fontes, mais sensível às vozes marginalizadas e mais consciente dos desafios materiais, pós-imperiais e ecológicos do presente.

Referências

Aguiar e Silva, V. M. de. (1994). *Camões: Labirintos e fascínios*. Cotovia.

Almeida, D. P. de. (2015). *Esse cabelo*. Editorial Teorema.

Antunes, A. L. (1979). *Os cus de Judas*. Dom Quixote.

Bachelard, G. (1942). *L'eau et les rêves: Essai sur l'imagination de la matière*. Librairie José Corti.

Buell, L. (2005). *The future of environmental criticism: Environmental crisis and literary imagination*. Blackwell.

Camões, L. de. (1572). *Os Lusíadas*. Em casa de António Gonçalves. Biblioteca Nacional Digital. https://purl.pt/1

Durand, G. (2016). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire: Introduction à l'archétypologie générale* (12e éd.). Dunod. (Obra original publicada em 1960). https://doi.org/10.3917/dunod.duran.2016.01

Eliade, M. (1965). *Le sacré et le profane*. Gallimard.

Franco, J. E. (2008). O Quinto Império de Vieira como sonho de regeneração de Portugal e do mundo. *Reflexão, 33*(93), 31–47.

Garrard, G. (2012). *Ecocriticism* (2nd ed.). Routledge.

Gomes, S. P. (2020). *Esteiros*. Agrupamento de Escolas Leal da Câmara. (Obra original publicada em 1941).

Jung, C. G. (Ed.). (1964). *Man and his symbols*. Aldus Books.

Lopes, G. V. (1998). *A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses* (2.ª ed., aumentada e revista). Editorial Estampa.

Lopes, G. V., Ferreira, M. P., & Júdice, N. (2011–). *Cantigas medievais galego-portuguesas* [Base de dados em linha]. Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Consultado em 29 de maio de 2026, em https://cantigas.fcsh.unl.pt/

Lourenço, E. (1978). *O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Publicações Dom Quixote.

MATLIT. (s.d.). *MATLIT: Materialidades da literatura*. Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro de Literatura Portuguesa. Consultado em 29 de maio de 2026, em https://impactum-journals.uc.pt/matlit

Mattoso, J. (1997). *Religião e cultura na Idade Média portuguesa* (2.ª ed.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (Obra original publicada em 1982).

MEMOIRS. (s.d.). *Children of Empires and European Postmemories / Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Consultado em 29 de maio de 2026, em https://memoirs.ces.uc.pt/

Mendes, V. K., & Vieira, P. (Eds.). (2019). *Portuguese literature and the environment*. Lexington Books.

Monteiro, Y. (2018). *Essa dama bate bué!*. Guerra & Paz.

Pessanha, C. (1995). *Clepsydra* (P. Franchetti, Ed.). Relógio D'Água.

Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Parceria António Maria Pereira. Biblioteca Nacional Digital. https://purl.pt/13966

Pessoa, F. (2013). *Poesia de Álvaro de Campos* (T. R. Lopes, Ed.; 2.ª ed.). Assírio & Alvim.

Pimenta, S. (2022). O mestiço na "urgência de existência": *Essa dama bate bué!* (2018), de Yara Monteiro. *Comunicação e Sociedade, 41*, 61–73. https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3687

Portela, M. (2013). *Scripting reading motions: The codex and the computer as self-reflexive machines*. MIT Press.

Queirós, E. de. (1888). *Os Maias: Episódios da vida romântica* (Vols. 1–2). Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

Redol, A. (2005). *Gaibéus* (20.ª ed.). Caminho. (Obra original publicada em 1939).

Reis, C. (2005). *O essencial sobre Eça de Queirós*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rendeiro, M. (2022). Como a ficção pós-colonial pode contribuir para uma discussão sobre reparação histórica: Leitura de *As telefones* (2020), de Djaimilia Pereira de Almeida. *Comunicação e Sociedade, 41*, 43–59. https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3681

Ribeiro, A. S., & Ribeiro, M. C. (2018). A past that will not go away: The colonial war in Portuguese postmemory. *Lusotopie, 17*(2), 277–300. https://doi.org/10.1163/17683084-12341722

Ribeiro, M. C. (2004). *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Edições Afrontamento.

Ribeiro, M. C. (2020). Uma história depois dos regressos: A Europa e os fantasmas pós-coloniais. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani, 12*(2), 74–95. https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12169

Ricoeur, P. (1975). *La métaphore vive*. Seuil.

Sá-Carneiro, M. de. (1914). *A confissão de Lúcio: Narrativa*. Em casa do autor. Biblioteca Nacional Digital. https://purl.pt/27947

Sacramento, M. (2002). *Eça de Queirós: Uma estética da ironia*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Saraiva, A. J., & Lopes, Ó. (2000). *História da literatura portuguesa* (17.ª ed., corrigida e aumentada). Porto Editora.

Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. Caminho.

Verney, L. A. (1991). *Verdadeiro método de estudar: Cartas sobre retórica e poética* (M. L. G. Pires, Introd. e notas). Editorial Presença. (Obra original publicada em 1746).

Vieira, A. (2013). História do futuro. In J. E. Franco & P. Calafate (Dirs.), *Obra completa Padre António Vieira* (Tomo III, Vol. I). Círculo de Leitores.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.